

## RESENHA

FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes

### E FOUCAULT CONTINUA PROVOCANDO OS GEÓGRAFOS...

Foucault é um desses autores que continua nos surpreendendo mesmo décadas depois de sua morte. Além de seus trabalhos, digamos, “clássicos”, tanto os de ordem mais epistemológica (como “As palavras e as coisas” e “Arqueologia do saber”) quanto os de natureza também empírica (como “O nascimento da clínica”, “Vigiar e Punir” e “A Vontade de Saber/História da Sexualidade”), gradativamente vamos conhecendo sua ampla produção mais esparsa – através da série de livros denominada “Ditos e Escritos” (com cinco volumes publicados em português) e, especialmente agora, o conjunto de seus cursos ministrados no renomado Collège de France. É nesta série que temos, já traduzidos, livros como O Poder Psiquiátrico (curso de 1974), Os Anormais (curso de 1975), Em Defesa da Sociedade (curso de 1976), Nascimento da Biopolítica (curso de 1979) e A Hermenêutica do Sujeito (curso de 1982).

Os cursos de Foucault no Collège de France podem ser agrupados em três fases: a primeira, que vai de 1970 a 1975, é dedicada prioritariamente à análise do chamado poder disciplinar e deu origem a trabalhos fundamentais como Vigiar e Punir (sobre a história das prisões) e A Vontade de Saber (sobre a história da sexualidade). Ao final deste último ele já abria para o debate sobre outra modalidade de poder, o biopoder, que marca sua segunda fase, onde se encontra o trabalho aqui focalizado, “Segurança, Território e População”, correspondente ao curso que ministrou entre janeiro e abril de 1978. Sua terceira fase, por fim, da qual alguns textos aparecem nos volumes II e III de “A vontade de saber”, inclui os cursos “Subjetivité et verité” (1981), “L’herméneutique du sujet” (1983) e “Le gouvernement du soi et des autres” (1984). Ele passa aqui da história do “govern(ament)o”<sup>1</sup> (ao mesmo tempo de si e dos outros) para a história da ética, no sentido foucaultiano de subjetivação.

---

<sup>1</sup>. Para um debate sobre o uso da expressão “governamento”, em português, ver o texto: Veiga-Neto, A. Governo ou governamento? Acessível em: [www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ar04.htm](http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ar04.htm)

“Segurança, Território e População” surge, provavelmente como a obra mais geográfica de Michel Foucault, repleta de temáticas muito caras aos geógrafos, como território, espaço urbano e população. Focaliza, sobretudo, o que ele vai denominar de “sociedade de segurança” ou “biopolítica”, alicerçada no “poder sobre a vida”, na ação sobre o homem não enquanto corpo, como na chamada sociedade disciplinar, mas enquanto espécie, “população”.

Na verdade, Foucault levanta outras questões ao longo do livro/curso, algumas aulas, por exemplo, se detendo sobre outro tipo de poder que, fundado no papel da Igreja, teria dado origem ao poder soberano ou do próprio Estado moderno, que ele denomina de poder pastoral. Um debate central envolve a questão da governamentalidade, hoje intensamente retrabalhada (inclusive entre geógrafos – especialmente anglo-saxões), cuja aula principal sobre o tema já havia sido publicada anteriormente na coletânea “Microfísica do Poder” (sob o título “A Governamentalidade”).

A propósito, o termo “governamental”, assim como “governamentalidade”, é bastante complexo no pensamento de Michel Foucault. Talvez pudéssemos afirmar que há um sentido lato, utilizado em várias passagens deste livro, relacionado a uma genérica “arte de governar”, e outro estrito, que aparece relacionado mais especificamente à sociedade de segurança ou biopolítica, como quando ele define governamentalidade como:

... o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (p. 143)

O Estado, para Foucault, foi gradativamente “governamentalizado”, conduzido à preeminência de um “tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’” [ou “governo”], que se impõe “sobre todos os outros – soberania, disciplina (...)”. (p. 144)

Não é demais lembrar que o poder, para Foucault, jamais pode ser claramente localizado, não correspondendo a nenhuma substância ou “objeto” que alguns possuem e outros não. Por isso ele não busca formular uma “teoria” do poder, mas uma “analítica” a partir dos seus procedimentos e mecanismos que, circularmente, instituem e são

instituídos pelas relações de poder que permeiam toda a sociedade. Como ele afirma logo na introdução deste curso, “os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações [de produção, familiares, sexuais, etc.], são circularmente seu efeito e sua causa” (p. 4) E ainda que ele distinga grandes tipos do exercício do poder, especialmente o poder soberano, o disciplinar e o biopoder, estes não aparecem dissociados: “não há a era do legal, a era do disciplinar e a era da segurança”. O que muda apenas é o “dominante” em cada contexto histórico – e, devemos acrescentar, geográfico (vide hoje, por exemplo, a amplitude do sistema prisional na sociedade norte-americana frente à Europa). Ou seja, o que muda é “o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança” (p. 11) – estes, o principal objeto deste livro.

Enquanto na sociedade de soberania, diz Foucault, o poder (do soberano) se exerce sobre um território, e na sociedade disciplinar o poder (das instituições) se dirige fundamentalmente aos espaços disciplinares, individualizados-individualizantes, na sociedade biopolítica ou de segurança trata-se, antes de tudo, na relação poder-espço, de exercer o controle dos fluxos, da circulação, não do homem enquanto indivíduo ou corpo, mas do homem enquanto espécie – visando assim o controle da “população”, em suas múltiplas modalidades – o que inclui o próprio discurso do eugenismo e do racismo, no qual ele se detêm mais em sua obra “Em Defesa da Sociedade”.

Aqui cabem alguns comentários importantes para os geógrafos – um sobre o conceito de território, outro sobre o conceito de “meio”, acoplado ao de população. O território, na visão foucaultiana, aparece de forma geopoliticamente mais restrita e, geograficamente, “tradicional”, vinculado sobretudo ao “poder soberano”, ao poder centralizado na soberania do Estado. Ele propõe até mesmo uma espécie de tipologia dos Estados, que vai do Estado de justiça, pautado numa territorialidade do tipo feudal; um estado administrativo (iniciado nos séculos XV e XVI), pautado na “territorialidade fronteira” e no poder disciplinar, e um Estado “governamental” ou “governamentalizado”, centrado não no território mas na população, e que enaltece a ciência econômica (a “economia política”), exercendo o controle social por meio dos chamados dispositivos de segurança.

O território, assim, parece muitas vezes se restringir à base ou substrato físico sobre o qual será exercida a soberania estatal, separado até mesmo de seu elemento mais relevante, a “população” (cujo número e

densidade são tantas vezes ressaltados por Foucault). No entanto, é ele próprio quem reconhece que:

Embora seja verdade que a soberania se inscreve e funciona essencialmente sobre um território e que, afinal de contas, a idéia de uma soberania sobre um território não povoado é uma idéia jurídica e politicamente não apenas aceitável, mas perfeitamente aceita e primeira, o fato é que o exercício da soberania em seu desenrolar efetivo, real, cotidiano, indica sempre, é claro, uma certa multiplicidade, mas que vai ser tratada justamente seja como a multiplicidade de sujeitos, seja como a multiplicidade de um povo. (p. 16)

Assim, deve-se deduzir que, ainda que podendo se referir a espaços “não povoados”, o território, enquanto vinculado ao poder soberano, ao exercício “real” da soberania, se dá efetivamente num espaço ocupado, em toda a sua multiplicidade humana. Embora para Foucault o território seja uma marca da sociedade pautada sobretudo pelo poder soberano, na figura do Estado liberal, ele também pode ser retrabalhado aqui, numa ótica geográfica, através do que ele irá denominar de “meio”, o espaço em que se dá a circulação. Foucault recupera a expressão “meio” em sua significação original, ligada ao espaço que permite que os fluxos ocorram, que a circulação se processe. Neste sentido, no nosso ponto de vista, trata-se de uma reconfiguração da expressão territorial, agora moldada muito mais por um de seus elementos indissociáveis, as redes.

“Meio”, para Foucault, enquanto espacialidade por excelência das sociedades biopolíticas ou de segurança, envolve portanto a principal questão na nova configuração dos arranjos espaciais: o domínio sobre a circulação, tanto no sentido de controlá-la – quando negativamente acionada – quanto de estimulá-la – especialmente no fortalecimento dos fluxos econômicos favoráveis à acumulação. Como há uma associação direta entre “meio” e população, esta – e seus fluxos – passa a ser o objeto por excelência desse controle.

“População”, termo polêmico no âmbito da Geografia (muito criticado pelos marxistas como forma de ignorar, por exemplo, a diferença de classes), adquire aqui uma concepção muito própria: trata-se de enfatizar a nova dimensão do poder, o *biopoder*. Todo um tratamento prioritário passa a ser dado a partir da emergência do fenômeno “população”, principalmente através da economia e da estatística, esta, uma forma “estatal” de controle que se dirige sobre o homem enquanto espécie, em seus processos de reprodução, natalidade, mortalidade, difusão

de doenças, regularidade de acidentes, etc. Toda uma série de dispositivos de segurança são criados no sentido de garantir certos padrões dessa reprodução e certo direcionamento na circulação dessa população.

É justamente por estar muito mais preocupado com os mecanismos, com o exercício, com as práticas do poder, que Foucault desenvolve um olhar tão aguçado para com a dimensão – ou, de forma mais específica, com a disposição – espacial das relações sociais. Ele chega a afirmar que “os problemas do espaço” são comuns a cada um dos três grandes tipos de poder no mundo moderno e que em todos eles as repartições espaciais são fundamentais. Daí a importância, especialmente neste livro, centralizado na análise do biopoder, do ambiente urbano e seus dilemas de expansão e circulação.

A cidade, em toda sua densidade e heterogeneidade, passa a ser o lócus por excelência do exercício do poder – do poder “de polícia”, por exemplo, que originalmente era muito mais amplo do que o sentido contemporâneo de “polícia”, e atingia principalmente o controle sobre o comportamento moral (o que incluía a busca da garantia de trabalho para todos) e sobre as formas – espaciais, obrigatoriamente – de coexistência entre os homens. Mas não se trata mais, notadamente a partir do século XVIII, de uma cidade murada, isolada – cada vez mais se trata então da cidade como um espaço de circulação, de fluxos, a ser controlado, re-direcionado, ordenado. Como já definia La Perrière, retrabalhado por Foucault, o governo consiste na “correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado”. (citado na p.127)

Numa espécie de comparação entre a “cidade disciplinar” e a “cidade de segurança” (ou “biopolítica”), Foucault destaca que a primeira – como em Richelieu e Kristiania – trabalha-se sobre um espaço vazio, artificial, inteiramente construído, visando uma espécie de ordem perfeita, enquanto na segunda trata-se de trabalhar sobre “dados materiais”, sobre uma disposição espacial já dada, “com o escoamento das águas, com as ilhas, como o ar, etc.”, porém sem esperar atingir um nível de perfeição:

Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos.  
(p. 26)

Este é um aspecto de enorme relevância e que demonstra a atualidade do pensamento foucaultiano: nas “sociedades de segurança” –

como é a nossa, em que tanta ação política é promovida em nome de uma pretensa segurança – busca-se minimizar, dirimir os efeitos, e não propriamente atacar as causas. Nossas mazelas, hoje, mais do que nunca, são vistas muitas vezes como “sem saída”, como “inerentes” à sociedade – e se não há outra saída, aceita-se qualquer medida paliativa para que os danos sejam, de alguma forma, pelo menos, minorados. Vive-se o domínio das técnicas e estratégias de evitação, não de efetivo ataque dos problemas. E, o que é pior, a maioria de nós se contenta com esses procedimentos de mera evitação, sem que nos perguntemos, por exemplo, até quando eles poderão exercer estes efeitos de evitação.

Daí nossa proposição, inspirados no debate sobre a segurança em Foucault, de que vivemos hoje sob uma territorialização de barreiras, onde vigora o “efeito-barragem”, os processos de *contenção territorial*<sup>2</sup>. Como em toda contenção, o efeito pode ser exatamente o contrário daquele que almejamos: ao simplesmente barrarmos ou evitarmos uma dinâmica, um fluxo, podemos estar temporariamente suprimindo-o, para que ele ressurja ainda mais forte depois. Como na metáfora da barragem: impede-se o fluxo por um lado, mas sua pressão, com o tempo, alimenta vertedouros ou, se estes não existem, a própria barragem pode ceder, ocasionando danos muito mais sérios do que aqueles promovidos pelo fluxo inicialmente contido.

Estas e muitas outras são reflexões a que “Segurança, Território, População” nos convida. Trata-se de um livro aberto a um rico debate no âmbito da Geografia. Como já vêm fazendo geógrafos ingleses (como John Allen) e franceses (como Claude Raffestin), cabe a nós uma apropriação e um olhar latino-americano sobre as questões ali levantadas. Foucault, em várias passagens, deixa claro que sua interpretação está pautada na realidade europeia – ainda assim múltipla (vide, por exemplo, quando fala da formação do Estado e da “polícia” na Itália, na França e na Alemanha). Porque não pensar a especificidade latino-americana e brasileira dentro desta instigante relação entre território (nunca destituído de sua “população”) e segurança?

**Rogério Haesbaert**

---

<sup>2</sup>. Tema que desenvolvemos especialmente em “Sociedades Biopolíticas de In-Segurança e Des-controle dos Territórios” (In: Oliveira, M. et al. [org.] 2008. *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ)